



Câmara Municipal de Passa Quatro

Instalada em 13 de dezembro de 1890

LEI Nº 1571/2001

Que autoriza o Executivo Municipal a contratar mão-de-obra temporária para o cargo de pedreiro, para atender excepcional interesse público.

O Povo do Município de Passa Quatro, por seus representantes legais, aprovou e eu, em seu nome sanciono a seguinte Lei:

Art. 1º Fica o Executivo Municipal autorizado a contratar 8 (oito) pedreiros, como mão-de-obra temporária, para atender excepcional interesse público, em conformidade com os Artigos 106 e 107, VI da LOM.

Parágrafo único. A situação de urgência definida no Inciso VI do Art. 107 da LOM, que fundamentada a presente Lei refere-se ao término da construção de 23 (vinte e três) casas populares, sendo 18 no Bairro do Registro (cinco desde o alicerce) e 5 no Bairro São Francisco, (três desde o alicerce) em cumprimento ao Convênio Nº 002/2000, assinado com a SEHADU - SECRETARIA DE ESTADO DA HABITAÇÃO E DESENVOLVIMENTO URBANO.

Art. 2º As contratações de que trata o Artigo 1º desta Lei serão feitas seguindo-se as normas estabelecidas na Consolidação das Leis do Trabalho – CLT, com remuneração em conformidade ao que estipula o Nível V da Lei Nº 1030/87.

Art. 3º Os contratos serão convencionados pelo prazo de 6 (seis) meses, prorrogáveis por mais 6 (seis meses), somente na hipótese da obra não ter sido terminada.

Art. 4º O pessoal contratado somente poderá desempenhar suas funções profissionais nos locais a que esta Lei se destina, conforme estipulado no Parágrafo Único do Artigo 1º, resguardados os casos fortuitos ou de força maior.

Parágrafo único. Consideram-se casos fortuitos ou força maior para efeitos desta Lei, eventos da natureza que impeçam o desenvolvimento dos trabalhos ou situações de emergência que acometa o Município.

Art. 5º As despesas com a exceção desta Lei correrão por conta da seguinte Dotação Orçamentária: 10.57.316.1.030 4.1.1.0.00

Art. 6º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação, com seus efeitos retroagidos a 10 de setembro de 2001.

Art. 7º Revogam-se as disposições em contrário.

Passa Quatro, 21 de setembro de 2001.

Wilson Siqueira
Prefeito Municipal

Margareth Lívio
Sec. Municipal de Planejamento e Finanças